

EDITORIAL

Manifesto, 150 anos: ir à raiz para reacender a utopia.

Passar em revista os últimos 150 anos é chegar a uma conclusão inevitável: o *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, escrito por Marx e Engels, é um dos mais importantes documentos políticos produzidos neste período da história mundial.

Documento programático escrito com a intenção de influir nos rumos da revolução que se prefigurava na Europa, o *Manifesto* foi confiado àqueles autores pela Liga dos Comunistas, agrupamento que veio a ser a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Publicado, de forma anônima, pela primeira vez, em Londres, no final de fevereiro de 1848, sua acolhida estimulou, ainda neste mesmo ano, três edições de impressores diferentes e somente vinte e quatro anos mais tarde, em 1872, após numerosas reimpressões, sua autoria foi revelada, aparecendo, então, com o título de Manifesto Comunista.

No Brasil, este documento foi traduzido por Otávio Brandão e publicado em capítulos pelo jornal *A Voz Cosmopolita*, no Rio de Janeiro entre julho de 1923 e janeiro de 1924. No formato de livro, ele foi publicado inicialmente pelo Partido Comunista do Brasil, em Porto Alegre, no ano de 1924.

O texto do *Manifesto*, em si, não é inovador, pois representa um acúmulo de reflexões que tem em obras anteriores, tais como *A Ideologia Alemã* (1845 e 1846), *Teses sobre Feuerbach* (1845) e *Miséria da Filosofia* (1847), seus elementos constituidores. Apresenta, ainda, de acordo com suas características, de manifesto, em diversas passagens, uma abordagem de tipo esquemático, pouco atenta às nuances e matizes do objeto e às suas manifestações concretas.

No entanto, a força e a grande capacidade de influência deste documento foram e são inquestionáveis. Elas residem na afinação rigorosa e sintética do corpo conceitual, através do qual apresenta-se, pela primeira vez, de forma sistemática, o núcleo básico do pensamento político dos dois autores, suas concepções fundamentais sobre o Estado e a Revolução.

Esta obra apresenta, ainda, qualidades textuais remarcáveis. A frase « *tudo que era sólido desmancha no ar* », utilizada para categorizar o impacto do surgimento do capitalismo e do novo padrão de sociabilidade inaugurado pela modernidade, tornou-se emblemática para assinalar, em circunstâncias outras, o domínio do movimento no transcurso da vida social.

A descrição da forma pela qual o capitalismo expressa seu ímpeto expansionista e do resultado deste processo, representado pelo alargamento

dos horizontes do mercado em escala mundial, é extremamente atual. Ela anuncia, com detalhes impressionantes sobre o crescimento da circulação universal da produção material e intelectual, o que hoje veio a se configurar no fenômeno da globalização.

Os que trabalham submetidos às leis do capital, os assalariados e todos aqueles a quem a simples e legítima reivindicação ao emprego é negada, a classe desprovida dos meios de produção, o proletariado, o sujeito coletivo que Marx e Engels apontaram como o portador da perspectiva capaz de superar a forma social capitalista, cresceu desde a época do *Manifesto* surpreendentemente. Aprofundaram-se também as contradições sociais e sua magnitude só encontra paralelo no tamanho da riqueza aprisionada pelo capital, o anverso pernicioso do poder de criação e mobilização do trabalho subsumido à lógica da acumulação.

As profundas mudanças ocorridas recentemente trouxeram à tona toda sorte de "finalismos": fim da história; fim do socialismo; fim das utopias; fim das classes sociais; fim da sociedade do trabalho; etc. Nossa perplexidade frente ao turbilhão de novidades trazidas neste final de século não se resolve com uma leitura acrítica do Manifesto, pois abandonar o espírito irrequieto, inconformado e crítico que marca aquele texto, noutras palavras, abandonar suas referências históricas e políticas, não nos esclarecerá o presente nem nos apontará caminhos melhores.

O estado das coisas depois da crise do trabalho assalariado, do desemprego estrutural, da "globalização", do enfraquecimento dos Estados nacionais, do predomínio do capital monetário, enfim, nada do que corre no rio da contemporaneidade nos permite olhar com calma e dizer do fim das classes, da luta de classes e esperar impassíveis a "harmonização" das relações sociais.

A década de 80 culmina com o desmoronamento do "socialismo realmente existente" e uma terrível ofensiva ideológica conservadora que acreditava ter atirado a última pá de cal sobre o marxismo, em cujo túmulo - imaginavam - "*já reverdecia a primeira relva*".

Os anos 90 encerram-se com uma crise tão profunda do sistema capitalista, não só do ponto de vista social, ou seja, no que diz respeito às condições de existência das maiorias sociais, mas até mesmo do ponto de vista estritamente econômico, atingindo as próprias bases da acumulação, levando o sistema do capital à beira de um colapso. Este quadro é demonstrado pela recente crise da Rússia, Japão e Ásia a qual, evidentemente, não será a última nem a mais aguda dentre outras que o porvir desse sistema social, enquanto dura, anuncia.

A crise que ora se desenha, que na verdade faz parte de um processo que se arrasta desde o começo dos anos 70, vem mais uma vez demonstrar a positividade da compreensão marxiana fundamental, segundo a qual o

sistema produtor de mercadorias é essencialmente contraditório e tem seu curso atravessado por crises cuja natureza assume formas diversas ao longo da história - outrora crises clássicas de superprodução, hoje crises marcadas pela especulação financeira - mas que representam, em última instância, a incapacidade do sistema de atingir a plena realização do seu ciclo produtivo. Marx e Engels denunciam ainda no *Manifesto*, a incrível capacidade do sistema capitalista de produzir desigualdades sociais, o que é inerente à sua natureza auto-expansiva, cuja razão está na produção de valor e não na satisfação das necessidades humanas. Este sistema não reconhece limites ao seu movimento de auto-valorização, exceto os impostos pelas suas próprias leis, e tudo o mais é submetido à sua (des)ordem.

O que nos sugerem, enquanto membros de uma revista cujo objeto é «Trabalho & Educação» o texto e o transcurso histórico destes 150 anos do *Manifesto*? Numa colocação mais abreviada, a necessidade comum que tem este documento e este periódico de provocar reflexões, desvendar a realidade, ensinar esclarecimentos, denunciar as injustiças e as desigualdades, alentar e estimular a discussão de propostas e caminhos, que tenham no horizonte uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

Mas, numa formulação mais fundamentada, é a própria atualidade da temática do *Manifesto* - a luta de classes - e a importância da centralidade do trabalho, como categoria de referência teórica e política, que se impõem. Neste sentido, a educação e o trabalho, tanto quanto o *Manifesto*, não podem ser pensados fora do contexto do apelo à razão, à inteligência, à crítica, à generosidade, à discussão, à paixão, à ação, em síntese, da práxis transformadora. Simples e incisivo é o *Manifesto*. Assim, também, deve ser a nossa prática.

Para os que insistem em aprender a encontrar o melhor meio de enfrentar o embrutecimento e as iniquidades do sistema produtor de mercadorias, é inquestionável a atualidade do *Manifesto* enquanto referência a ser sempre revisitada pelos explorados, marginalizados e excluídos que reclamam um sistema social em que todos possam efetivamente reconhecer-se em sua humanidade liberta. A nós cumpre, todavia, revisitando o *Manifesto*, e no virar de cada página, perguntar a essa realidade o que ela nos promete. Tal questão, no entanto, deve se lançar a partir do horizonte de nossas determinidades históricas, especialmente de nossa condição de classe.

Do ponto de vista dos "deserdados da terra", as possibilidades que oferece a sociabilidade burguesa, com todo o seu potencial produtivo não são das melhores. Essencialmente, o capital segue confirmando sua natureza excludente, recrudescendo à medida que faz avançar todos os recursos científicos e tecnológicos e aumenta sua capacidade produtiva.

Se por um lado o *Manifesto* definitivamente não pode ser tomado como outrora, dogmaticamente, por outro é fácil encontrar nele pistas importantes que apontam para a compreensão da verdadeira natureza da organização capitalista do trabalho e do papel que nela ocupam os avanços científicos e tecnológicos; no *Manifesto* encontra-se também uma análise do movimento histórico - cuja força fundamental está no processo de valorização - que aponta para uma contundente compreensão do processo de mundialização do capital, o qual "*tal como fogo na pradaria*" invadira todas as civilizações. Assim, a "globalização", juntamente com o processo pelo qual os Estados nacionais se mostram enfraquecidos perante o poder das grandes corporações do capital internacionalizado, é um processo bastante complexo e composto de elementos e relações específicos deste século mas que, em última instância, representa um desdobramento do movimento essencial de auto-expansão e auto-valorização muito bem demonstrados por Marx e Engels.

O *Manifesto* é - como já o afirmaram seus autores - um *documento histórico*, profundamente ligado às circunstâncias históricas nas quais tem sua origem, portanto como tal deve ser encarado.

Muito por conta de seu caráter político, propagandístico o *Manifesto* apostava na inevitabilidade da superação positiva do capital, o que na verdade não é uma necessidade histórica, mas uma possibilidade concreta. Outro ponto que merece ser rediscutido é a ênfase dada ao caráter revolucionário e progressista da produção capitalista, ao passo que agora a face destrutiva desse sistema se mostra totalmente desnuda, com a mais absoluta evidência e toda crueldade.

Todavia esses pontos de reflexão não enfraquecem o vigor revolucionário do *Manifesto* que, em face dos horrores do mundo do capital, permanece como a mais importante referência política dos trabalhadores. Uma vez mais lança-se, ainda com mais verdade, a proclamação aos explorados *do mundo inteiro: uni-vos!*

Justino de Sousa Junior¹
Lucília Machado²

¹ Doutorando em Educação pela FaE/UFMG, Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará

² Professora Titular de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.